

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores Associados:

Em conformidade com as disposições legais aplicáveis, vimos submeter à vossa apreciação o nosso relatório sobre a atividade fiscalizadora desenvolvida e dar o nosso parecer sobre o relatório de gestão e as demonstrações financeiras apresentados pela Direção da APCM – Associação de Paralisia Cerebral da Madeira relativamente ao período findo em 31 de Dezembro de 2018.

Ao longo do exercício analisamos, com a extensão considerada aconselhável, os valores patrimoniais, os registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte, os quais satisfazem as disposições legais e dos estatutos da Instituição.

A Direção e os Serviços prestaram-nos com prontidão os esclarecimentos e informações de que necessitámos.

O Relatório de Gestão explana, de uma forma sucinta, a evolução das atividades durante o exercício.

Consideramos que o Balanço, a Demonstração de Resultados e o Anexo satisfazem os preceitos legais e estatutários, e refletem a posição dos registos contabilísticos no fecho do exercício.

Os critérios valorimétricos adotados na preparação das contas são os constantes do Anexo.

Foram cumpridas as formalidades legais quanto à prestação de contas e fiscalização da Instituição.

Face ao que antecede somos de parecer que:

- a) Aproveis o Relatório de Gestão e as Contas referentes ao ano findo a 31 de Dezembro de 2018;
- b) Aproveis a proposta da Direção sobre a aplicação dos resultados do exercício.

Funchal, 05 de Abril de 2019

O Conselho Fiscal,

Louana Maria Correia Azeiteiro de Sousa

Exercício de 2018

Relatório de Gestão



Exmos. Senhores

Nos termos da Lei e dos Estatutos, submetemos à apreciação de V. Exas. o Relatório de Gestão, o Balanço e documentos de prestação de contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2018.

Considerando que todas as atividades programadas decorreram com normalidade, correspondendo às expectativas dos nossos clientes e colaboradores, alcançando as metas previstas, é com natural satisfação que apresentamos as contas e o relatório de atividades.

Considerando que a APCM beneficiou de um acordo tripartido de apoio eventual nº2/2018 no valor de 130.000,00€ (cento e trinta mil euros) celebrado entre a Região Autónoma da Madeira, através da Secretaria Regional da Inclusão e Assuntos Sociais, o Instituto de Segurança Social da Madeira, IP-RAM e a Associação de Paralisia Cerebral da Madeira destinado ao equilíbrio financeiro desta instituição. A sua utilização respeita integralmente o nº3 da cláusula terceira do acordo que define como e onde deve ser utilizado, respeitando as diferentes alíneas.

Considerando ter beneficiado de um acordo programa entre a Região Autónoma da madeira representada pelo IASAUDE, IP-RAM e a APCM, processo nº26/SRS/2018 tendo por objetivo o apoio financeiro para a prestação de serviços e cuidados de saúde e outras iniciativas de promoção do bem estar e qualidade de vida das pessoas com paralisia cerebral no valor de 50.000,00€ (Cinquenta mil euros) e cuja utilização respeita integralmente a cláusula segunda (objetivos e finalidades) do contrato programa.

Apesar dos apoios eventuais concedidos, os resultados financeiros apresentam um saldo negativo de 5.748,50€ (cinco mil setecentos e quarenta e oito euros e cinquenta cêntimos), inferior ao de 2017 que foi de 41.516,35€ (quarenta e um mil quinhentos e dezasseis euros e trinta e cinco cêntimos). Este resultado negativo deve-se ao aumento de custos em algumas rubricas superior ao aumento das receitas.

Relativamente à clausula quarta “obrigações da instituição” do acordo de cooperação, apoio eventual julgamos ter cumprido ao apresentarmos todos os documentos que compõem as contas do exercício de 2018 colocadas ao escrutínio da Assembleia Geral, para discussão e aprovação.

O mesmo procedimento para a clausula segunda do contrato programa do IASAUDE, IP-RAM “Objetivos e finalidades” que tem como objetivos dar continuidade à prestação de serviços e cuidados de saúde na prevenção e reabilitação e outros serviços.

Conscientes que a situação económica atual do nosso país cria muitas dificuldades ao cumprimento dos programas e objetivos traçados para a nossa Associação, leva-nos a mais uma vez solicitar a compreensão e colaboração de todos os nossos colaboradores e amigos para ultrapassarmos as dificuldades e continuarmos o trabalho que vimos desenvolvendo no tempo.

Temos uma nova equipa para mais quatro anos com a mesma preocupação de encontrar meios de ultrapassar as dificuldades para que a qualidade dos serviços prestados mantenha um nível elevado.

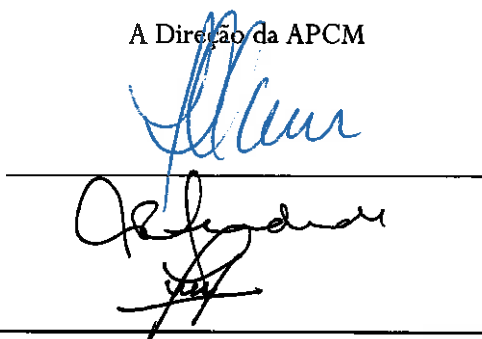
Terminamos, realçando e agradecendo a excelente colaboração de todos aqueles que se esforçaram para o bom funcionamento da Associação, proporcionando um bom ambiente, melhor serviço e qualidade de vida aos nossos clientes (utentes).

Proposta de Aplicação de Resultados

A Direção apresenta à deliberação dos associados a seguinte proposta de aplicação de resultados:

Que o resultado apurado no exercício de 2018 no montante de 5.748,50€ (cinco mil setecentos e quarenta e oito euros e cinquenta cêntimos) negativos seja transferido para resultados transitados.

A Direção da APCM



ATA APROVAÇÃO DE CONTAS

questões colocadas na Assembleia, após o que se passou à votação do relatório de gestão e das contas referentes ao ano de 2018, tendo sido aprovado por unanimidade. Foi de seguida posta à votação a proposta da Direcção sobre a aplicação de resultados tendo sido aprovado por unanimidade que o resultado apurado no exercício de 2018 no montante de 5.448,50€ (cinco mil, quatrocentos e quarenta e oito euros e cinquenta cêntimos) negativos seja transferido para resultados transitados.

Relativamente ao conteúdo do Relatório de actividades, pôde-se perceber que a algumas actividades que têm permitido que a instituição queir os valores queir ainda a sua missão quanto à divulgação, a actuação e conhecimento acerca da realidade das pessoas portadoras de paralisia cerebral, mas capacidades, competências e dinâmicas

Às quinze horas, no dia 21 de maio de 2019, na sala da Associação de Paralimpia Central da Madeira, no Edifício "Quinta Pedagógica do Pico do Funcho", reuniu a Assembleia Geral com o seguinte ordem de trabalhos:

1. Apresentação do relatório de atividades de contas do exercício de 2018;
2. Apresentação do relatório e parecer do Conselho Fiscal sobre o relatório de contas;
3. Aprovação das contas do exercício de 2018;
4. Outros assuntos.

A Presidente da Mesa da Assembleia Geral, verificando estarem reunidas todas as formalidades legais e estatutárias, declarou aberta a sessão e dirigiu os seus cumprimentos aos associados presentes.

Passando à apresentação do relatório de contas do exercício de 2018 — ponto um, tem como do relatório de atividades, foram esclarecidas as

de de meios de comunicação e outras
atividades. Foi também oferecida a
proposta do Programa Rádio Rit-
mo que tem envolvidos vários setores
e permitido ainda uma maior dispo-
nibilidade, quer de assistência quer de
condição das pessoas com paralisia
central de um tempo muito e perceptível.
As atividades desportivas, nomeada-
mente o Boccia, têm tido também
um desenvolvimento substancial tendo
a nossa Associação uma das me-
lhores equipas da modalidade na RAR.
Apesar dos gastos envolvidos quanto ao
combustível nestas atividades, foi acordado
na generalidade, tendo-se em conta o
impacto positivo quer nos utentes
quer na comunidade em geral.
Tendo ficado apurados os assuntos dos
pontos 1.º, 2.º e 3.º do orden de
trabalho, passou-se ao ponto número
quatro: outros assuntos. Foi assim
comunicado pela Direção que no
dia depois de amanhã irá realizar-se
a tradicional "Pocalhe de", tendo-se

do projeto a todo o dia durante.
Finalmente foi adicionada a data
em que se realizaria o evento: "Santo
Populares" dia 14 junho 2019.

Não tendo mais a fazer, foi encer-
rada a reunião e lavrada a presente
ata que será assinada pelos membros
de mesa de Arcoverde.

Assinado
Rose Maria Silva Queiroz
Susana Pereira

Associação de Paralisia Cerebral da
Madeira

Demonstrações Financeiras
31 de Dezembro
2018



Índice

1. Caracterização da entidade.....	3
2. Referencial contabilístico	3
2.1. Enquadramento.....	3
3. Principais políticas contabilísticas	3
3.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras.....	3
5. Ativos fixos tangíveis	4
5.1. Vidas úteis ou as taxas de depreciação usadas.....	4
5.2. Quantia escriturada bruta e a depreciação acumulada no início e no fim do período	4
5.3. Reconciliação da quantia escriturada	5
9. Rédito	5
9.1. Divulgar	5
9.2. Quadro	6
11. Subsídios do Governo.....	6
11.1. Divulgação	6
14. Capital próprio.....	6
14.2. Quadro1	7
15. Divulgações exigidas por diplomas legais	7
15.1. Divulgações	7
16. Outras Informações.....	7
16.1. Decomposição dos diferimentos.....	7
16.2. Decomposição das rubricas de Estado e outros Entes Públicos	7
16.3. Decomposição das rubricas de outras contas a receber	8
16.4. Decomposição das rubricas de outras contas a pagar.....	8
16.5. Decomposição dos gastos com fornecimentos e serviços externos.....	8
16.6. Decomposição dos gastos com o pessoal.....	8
16.7. Decomposição de outros rendimentos e gastos.....	9
16.9. Decomposição da rubrica dos fundos patrimoniais.....	9
16.10. Decomposição das rubricas de caixa e depósitos bancários	9
17. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	11
17.1. Balanço	11
17.2. Demonstração dos Resultados por Naturezas	13
18. Declaração do órgão de gestão.....	14
18.1. Declaração.....	14



ANEXO

EXERCÍCIO DE 2018

1. Caracterização da entidade

- 1.1. **Designação:** Associação de Paralisia Cerebral da Madeira é uma Associação beneficência humanitária com o NIF.511242824;
- 1.2. **Sede:** Caminho do Pico do Funcho, 58, freguesia de São Martinho, 9000-501 Funchal;
- 1.3. **Natureza da atividade:** APCM – Associação de Paralisia Cerebral da Madeira tem por objeto, a prevenção, habilitação, participação, inclusão social, e apoio à família da pessoa com paralisia cerebral, situações neurológicas afins e outras;
- 1.4. **CAE (Código e designação):** 87302 e 88102 - Atividades de apoio social para pessoas com deficiência, com e sem alojamento;

2. Referencial contabilístico

2.1. Enquadramento

2.1. O referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras é o instituído pelo Decreto-Lei n.º 36 -A/2011, de 9 de Março (sistema de normalização para entidades do sector não lucrativo);

2.2. Os valores constantes das demonstrações financeiras respeitantes ao exercício de 2018, são comparáveis em todos os aspetos significativos com os valores do exercício anterior.

3. Principais políticas contabilísticas

3.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

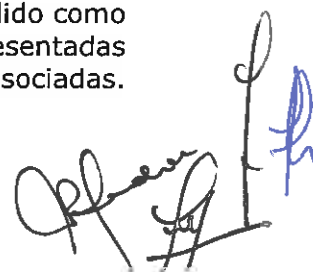
- a) As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o critério base, do custo histórico, a partir dos livros e registos contabilísticos da Associação de Paralisia Cerebral da Madeira.

b) Periodizações

As transações são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas «Outras contas a receber e a pagar» e «Diferimentos».

c) Contas a receber

As contas a receber são inicialmente reconhecidas ao custo (entendido como a quantia nominal dos direitos contratuais envolvidos), sendo apresentadas em balanço deduzidas das perdas por imparidade que lhe estejam associadas.



d) Benefícios de empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, complementos de trabalho noturno, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, prémio de produtividade, subsídio de alimentação, subsídio de férias, Natal e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pela entidade. As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento correspondente. De acordo com a legislação laboral aplicável o direito a férias e subsídio de férias, relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

e) Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários, ambos imediatamente realizáveis.

f) Eventos subsequentes

Não existem eventos subsequentes suscetíveis de divulgação.

5. Ativos fixos tangíveis

5.1. Vidas úteis ou as taxas de depreciação usadas

Os ativos fixos tangíveis da entidade encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respetivas depreciações acumuladas.

Os ativos fixos tangíveis apenas são reconhecidos se for provável que benefícios económicos futuros atribuíveis ao ativo fluam para a entidade, sejam controláveis e o seu custo possa ser valorizado com fiabilidade. As despesas com manutenção conservação e reparação são reconhecidas como gastos no exercício em que ocorrem de acordo com o regime de acréscimo.

As depreciações destes ativos, iniciam-se no exercício em que o respetivo bem entra em funcionamento e são calculadas segundo o método das quotas constantes, utilizando-se para o efeito as taxas fiscais definidas pela legislação, pois considera-se que representam satisfatoriamente a vida útil estimada dos bens.

Nos edifícios e outras construções a depreciação incide sobre o valor de aquisição incluindo impostos, despesas de escritura e registos deduzidos de 25 por cento, valor do terreno, que não é depreciable.

5.2. Quantia escriturada bruta e a depreciação acumulada no início e no fim do período



5.3. Reconciliação da quantia escriturada

	Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edif. Out. Construções	Equipamento Básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros AFT	Total
2017	Quantia bruta escriturada inicial		5.453.017,41	526.219,42	185.920,73	84.193,89	28.149,91	6.277.501,36
	Depreciações acumuladas iniciais		905.329,93	524.075,43	185.920,71	79.026,69	26.343,14	1.720.695,90
	Quantia líquida escriturada inicial		4.547.687,48	2.143,99	,02	5.167,20	1.806,77	4.556.805,46
	Adições no período			2.060,00				
	Depreciações		112.081,61	986,17		591,96	1.116,77	114.776,51
	Alienações / Abates							
	Quantia líquida escriturada final		4.435.605,87	3.217,82	,02	4.575,24	690,00	4.444.088,95
2018	Quantia bruta escriturada inicial		5.453.017,41	526.219,42	185.920,73	84.193,89	28.149,91	6.277.501,36
	Depreciações acumuladas iniciais		1.017.411,54	525.061,60	185.920,71	79.618,65	27.459,91	1.835.472,41
	Quantia líquida escriturada inicial		4.435.605,87	1.157,82	,02	4.575,24	690,00	4.442.028,95
	Adições no período			2.060,00				2.060,00
	Depreciações		111.630,93	729,49		591,85	690,00	113.642,27
	Alienações / Abates							
	Quantia líquida escriturada final		4.323.974,94	2.488,33	,02	3.983,39		4.330.446,68

9. Rédito

9.1. Divulgar

- a) O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber.
- i) O rédito proveniente das prestações de serviços é reconhecido líquido de impostos, pelo justo valor do montante a receber e reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:
- (1) O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
 - (2) É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a entidade;
 - (3) Os gastos suportados ou a suportar com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;

A fase de acabamento da transação à data de relato pode ser valorizada com fiabilidade.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a entidade e o seu montante possa ser valorizado com fiabilidade.

A quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período incluindo o rédito proveniente de:

9.2. Quadro

Conta	Classificação	2018	2017
71	Vendas		
72	Prestações de serviços	270.146,37	250.188,26
7814	Royalties		
791	Juros obtidos	526,91	968,99
792	Dividendos obtidos		
	TOTAL	270.673,28	251.157,25

11. Subsídios do Governo

11.1. Divulgação

Subsídios governamentais

Os subsídios governamentais são reconhecidos inicialmente quando existe uma certeza razoável que o subsídio será recebido e que a entidade irá cumprir com as condições associadas à correspondente atribuição.

Os subsídios que compensam a entidade pela aquisição de um ativo são reconhecidos inicialmente no capital próprio e registados em resultados numa base sistemática de acordo com a vida útil do ativo, neste âmbito no exercício de 2018 foi registado o valor de -104458,2 em 2017 foi registado o valor de -104458,2.

Os subsídios que compensam a entidade por despesas incorridas são reconhecidos inicialmente como diferimento (passivo) e registados na demonstração dos resultados numa base sistemática, no mesmo período em que as despesas são reconhecidas neste âmbito no exercício de 2018 foi registado o valor de -1111826,04 em 2017 foi registado o valor de -1044154,4.

14. Capital próprio

14.3. Explicitação e justificação dos movimentos ocorridos no exercício em cada uma das rubricas de capitais próprios, constantes do balanço, para além das referidas anteriormente.



14.2. Quadro1

	Descrição	Saldo inicial 2017	Aumentos	Diminuições	Saldo final 2017	Aumentos	Diminuições	Saldo final 2017
51	Capital/ Fundos							
52	Ações (quotas) próprias							
53	Outros instrumentos de capital próprio							
54	Prémios de emissão							
55	Reservas	516.868,94			516.868,94			516.868,94
56	Outras reservas	-306.507,15			-306.507,15		41516,35	-348.023,50
59	Outras variações no capital próprio	4.479.540,59			4.479.540,59		78.935,93	4.400.604,62

15. Divulgações exigidas por diplomas legais

15.1. Divulgações

Não aplicável

16. Outras Informações

16.1. Decomposição dos diferimentos

Conta	Descrição	2018	2017
281	Gastos a reconhecer	4.042,49	3.485,76
282	Rendimentos a reconhecer	10.300,00	1.270,00
TOTAL		14.342,49	4.755,76

16.2. Decomposição das rubricas de Estado e outros Entes Públicos

Conta	Descrição	2018	2017
2437	IVA - A Recuperar		0,29
2438	IVA - Reembolsos pedidos		
TOTAL ATIVO			0,29
2413			
2416	IRC - Imposto a Pagar		
242	Retenção de impostos sobre rendimentos	(8.382,29)	(7.596,74)
2436	IVA - A pagar		
245	Contribuições para a Segurança Social	(40.580,73)	(37.587,59)
2487	Fundos de Compensação	(247,18)	(72,88)
TOTAL PASSIVO		(49.210,20)	(45.257,21)

16.3. Decomposição das rubricas de outras contas a receber

Conta	Classificação	2018	2017
23	Pessoal		
2721	Devedores por acréscimos de rendimentos	180.000,00	
2788	Outros Devedores	1.897,84	4.444,19
	TOTAL	181.897,84	4.444,19

16.4. Decomposição das rubricas de outras contas a pagar

Conta	Classificação	2018	2017
23	Pessoal	,01	605,81
271	Fornecedores de investimento		
2722	Credores por acréscimos de gastos	150.294,75	151.144,95
278	Outros credores	120.162,42	101.658,84
	TOTAL	270.457,18	253.409,60

16.5. Decomposição dos gastos com fornecimentos e serviços externos

Conta	Classificação	2018	2017
621	Subcontratos		
622	Trabalhos especializados	60.983,06	36.890,32
623	Materiais	15.402,56	6.568,80
624	Energia e fluídos	65.347,32	67.620,45
625	Deslocações, estadas e transportes	94,50	1.428,98
626	Serviços diversos	62.291,34	56.833,15
620	Específico da atividade	64.835,48	66.415,19
	TOTAL	268.954,26	235.756,89

16.6. Decomposição dos gastos com o pessoal

Conta	Classificação	2018	2017
631	Remunerações dos Órgãos sociais		
632	Remunerações do pessoal	924.613,08	904.461,83
633	Benefícios pós-emprego		
634	Indemnizações	353,20	3.584,61
635	Encargos sobre remunerações	192.379,34	180.094,91
636	Seg. acidentes trabalho e doenças profissionais	18.383,07	18.140,60
637	Gastos de ação social		
638	Outros gastos com pessoal	722,00	529,94

TOTAL	1.136.450,69	1.106.811,89
-------	--------------	--------------

16.7. Decomposição de outros rendimentos e gastos

Conta	Classificação	2018	2017
681	Impostos	(28,72)	
683	Dívidas incobráveis		
688	Outros	(2.900,29)	(3.790,00)
691	Juros Suportados		
692	Diferenças de câmbio desfavoráveis		
6988	Outros	(124,91)	
	TOTAL	(3.053,92)	(3.790,00)
781	Rendimentos suplementares		
782	Descontos de pronto pagamento obtidos	324,38	
786	Rendimentos e ganhos nos restantes ativos financeiros		
787	Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros		
788	Outros	133.525,44	124.243,04
791	Juros obtidos	526,91	968,99
798	Outros	3,50	64,25
	TOTAL	134.380,23	125.276,28

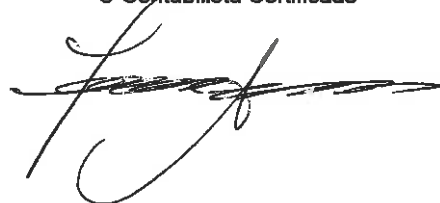
16.9. Decomposição da rubrica dos fundos patrimoniais

Conta	Classificação	2018	2017
51	Fundos		
55	Reservas	516.868,94	516.868,94
56	Resultados transitados	(348.023,50)	(306.507,15)
59	Outras variações	4.400.604,66	4.479.540,59
818	Resultado líquido do período	(5.748,50)	(41.516,35)
	TOTAL	4.563.701,60	4.648.386,03

16.10. Decomposição das rubricas de caixa e depósitos bancários

Conta	Classificação	2018	2017
11	Caixa	795,57	2.020,55
12	Depósitos à ordem	65.897,17	177.055,54
13	Outros depósitos bancários	285.762,58	301.613,28
	TOTAL	352.455,32	480.689,37

O Contabilista Certificado



Direção



17. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

17.1. Balanço

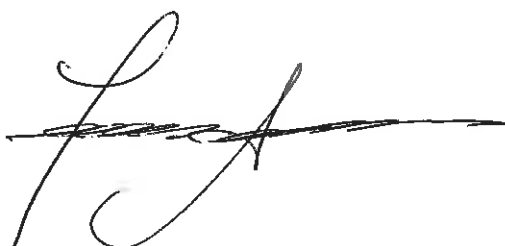
Associação de Paralisia Cerebral da Madeira

BALANÇO

Dezembro 2018

Montantes expressos em Euro

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2018	2017
ATIVO			
Ativo não corrente:			
Ativos fixos tangíveis		4.330.446,68	4.444.088,95
Propriedades de investimento			
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros		2.539,24	2.309,42
Acionistas/sócios			
		4.332.985,92	4.446.398,37
Ativo corrente:			
Inventários			
Clientes		730,00	1.663,17
Adiantamentos a fornecedores			
Estado e outros entes públicos			,29
Acionistas/sócios			
Outras contas a receber		181.897,84	4.444,19
Diferimentos		14.342,49	4.755,76
Outros ativos financeiros		25.587,24	25.603,33
Caixa e depósitos bancários		352.455,32	480.689,37
		575.012,89	517.156,11
Total do Ativo		4.907.998,81	4.963.554,48



Associação de Paralisia Cerebral da Madeira

BALANÇO

Dezembro 2018

Montantes expressos em Euro

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2018	2017
CAPITAL PRÓPRIO/FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Capital próprio/fundos patrimoniais:			
Capital realizado/fundos			
Ações (quotas) próprias			
Outros instrumentos de capital próprio			
Prêmios de emissão			
Reservas legais		516.868,94	516.868,94
Outras reservas			
Resultados transitados		(348.023,50)	(306.507,15)
Excedentes de revalorização			
Outras variações no capital próprio		4.400.604,66	4.479.540,59
		4.569.450,10	4.689.902,38
Resultado líquido do período		(5.748,50)	(41.516,35)
Total do capital próprio/fundos patrimoniais		4.563.701,60	4.648.386,03
Passivo:			
Passivo corrente			
Fornecedores		24.554,83	16.426,64
Adiantamentos de clientes		75,00	75,00
Estado e outros entes públicos		49.210,20	45.257,21
Financiamentos obtidos			
Diferimentos			
Outras contas a pagar		270.457,18	253.409,60
Outros passivos financeiros			
		344.297,21	315.168,45
Total do passivo		344.297,21	315.168,45
Total do Capital Próprio e do Passivo		4.907.998,81	4.963.554,48

17.2. Demonstração dos Resultados por Naturezas

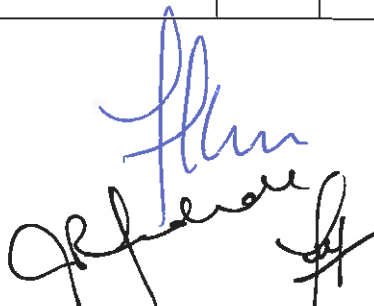
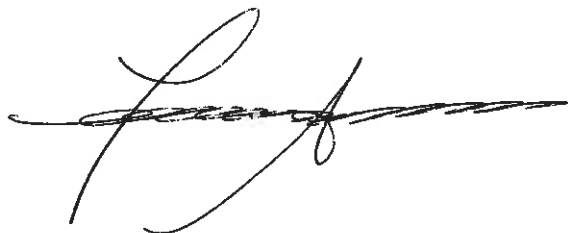
Associação de Paralisia Cerebral da Madeira

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

Dezembro 2018

Montantes expressos em EURO

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2018	2017
RENDIMENTOS E GASTOS			
Vendas e serviços prestados		270.146,37	250.188,26
Subsídios à exploração		1.111.826,04	1.044.154,40
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas			
Fornecimentos e serviços externos		(268.954,26)	(235.756,89)
Gastos com o pessoal		(1.136.450,69)	(1.106.811,89)
Aumentos/reduções de justo valor			
Outros rendimentos e ganhos		134.380,23	125.276,28
Outros gastos e perdas		(3.053,92)	(3.790,00)
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		107.893,77	73.260,16
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		(113.642,27)	(114.776,51)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(5.748,50)	(41.516,35)
Resultado antes de impostos		(5.748,50)	(41.516,35)
Imposto sobre o rendimento do período			
Resultado líquido do período		(5.748,50)	(41.516,35)



18. Declaração do órgão de gestão

18.1. Declaração

A direção de Associação de Paralisia Cerebral da Madeira reconhece que é da nossa responsabilidade a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da entidade, o resultado das operações, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado, que permita prevenir e detetar eventuais erros e irregularidades.

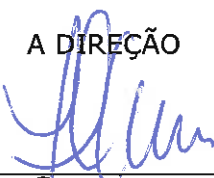
Confirmamos, tanto quanto é nosso dever conhecer e é nossa convicção, que:

- Pusemos à vossa disposição todos os registos contabilísticos e respetivos suportes documentais e outros, assim como toda a correspondência relevante e as atas de todas as reuniões dos sócios e dos órgãos sociais e comissões.
- As demonstrações financeiras não se encontram afetadas por erros ou omissões materialmente relevantes.
- Todas as operações e condicionalismos respeitantes ao capital social estão adequadamente registados e divulgados.
- Estão registados todos os ativos de que a entidade é titular e não existem acordos ou opções de recompra, ónus ou quaisquer outros encargos sobre os mesmos, para além dos divulgados e do vosso conhecimento.
- Não existem situações que conduzam ou possam conduzir à obsolescência ou perda de valor de imobilizações, resultantes de progresso tecnológico, de condições de mercado e as que existem de forma devidamente consideradas nas demonstrações financeiras.
- Registámos e divulgamos, consoante o apropriado, todos os compromissos assumidos e todas as responsabilidades, reais ou contingentes, incluindo naquelas as respeitantes a benefícios concedidos ao pessoal e aos membros dos órgãos sociais, assim como todas as garantias prestadas nos terceiros.
- Para além das constantes das demonstrações financeiras, não há quaisquer reclamações relativas a litígios existentes ou esperados.
- Não há acordos com instituições financeiras envolvendo compensação de saldos ou restrições de movimentação de dinheiro ou linhas de crédito ou acordos similares.



- É completa a informação que vos foi prestada sobre a identificação das partes em relação de dependência e sobre os respetivos saldos e transações.
- Para além do que está divulgado não se verificam acontecimentos subsequentes ao fecho das contas que requeiram ajustamento ou divulgação nas notas.
- Não temos projetos ou intenções que de uma forma significativa possam afetar os saldos ou a classificação de ativos e de passivos constantes das demonstrações financeiras.
- A entidade cumpriu as obrigações derivadas de contratos e de disposições legais e regulamentares, cujo incumprimento, a verificar-se, teria um efeito materialmente relevante nas demonstrações financeiras.
- Foram cumpridas todas as obrigações fiscais e parafiscais. As responsabilidades respeitantes a impostos e contribuições, vencidas ou não, diferidas ou contingentes (verbas de impostos e contribuições, multas e coimas e juros vencidos até à data do balanço) estão integral e apropriadamente escrituradas ou divulgadas.
- Não se verificam irregularidades envolvendo a direção, diretores ou empregados, que possam ter efeito relevante nas demonstrações financeiras.
- Os prejuízos resultantes de eventuais sinistros que possam ocorrer e afetem a continuidade das operações estão cobertas por seguros contratados por capitais suficientes.
- Foi-vos dado conhecimento de todas as situações que possam afetar as demonstrações financeiras.

A DIREÇÃO





DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

	Período	
	2018	2017
Fluxos de caixa das actividades operacionais		
Recebimentos de clientes	271.080	251.333
Pagamentos a fornecedores	(277.082)	(222.081)
Pagamentos ao pessoal	(1.136.451)	(1.106.812)
Caixa gerada pelas operações	(1.142.454)	(1.077.560)
Pagamento/ recebimento do imposto sobre o rendimento	0	0
Outros recebimentos/ pagamentos	1.032.069	1.106.390
Fluxos de caixa líquidos das actividades operacionais	(110.385)	28.830
Fluxos de caixa das actividades de investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Activos fixos tangíveis	(17.850)	(19.850)
Recebimentos provenientes de:		
Activos fixos tangíveis	0	0
Juros e rendimentos similares	0	0
Fluxos de caixa líquidos das actividades de investimento	(17.850)	(19.850)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento		
Recebimentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	0	0
Dividendos	0	0
Pagamentos respeitantes a:		
Juros e gastos e similares	0	0
Financiamentos obtidos	0	0
Dividendos	0	0
Fluxos de caixa líquidos das actividades de financiamento	0	0
Variação de caixa e seus equivalentes	(128.235)	8.980
Caixa e seus equivalentes no início do período	480.690	471.709
Caixa e seus equivalentes no fim do período	352.455	480.690
Controlo	0	0